



Universidade de Brasília – UnB  
Instituto de Letras – IL  
Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas - LIP

## **MATERIAL DIDÁTICO BILÍNGUE: A ADEQUAÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO PARA O ENSINO DE PORTUGUÊS COMO SEGUNDA LÍNGUA PARA SURDOS.**

Discente: Valdinalva Nunes Ramalho  
Orientadora: Dr.<sup>a</sup> Fabiane Elias Pagy

### **INTRODUÇÃO**

O processo educacional de pessoas surdas passou, durante a história, por diversos momentos e diversas abordagens que, hora influenciaram de maneira positiva o desenvolvimento dos estudantes, mas hora foram penosas e de sobremaneira prejudiciais. Neste escopo, o material didático adaptado não era tratado como o foco no ensino/aprendizagem destes alunos, porém, deveria ser considerado, por ser parte deste processo e por ser uma ferramenta de extrema relevância.

Após a sanção da Lei. 10.436/2002, que reconhece a Língua Brasileira de Sinais como meio legal de comunicação e expressão da comunidade surda no Brasil, e de sua regulamentação através do decreto 5.626/2005, o surdo passou a ter mais visibilidade, inclusive no âmbito educacional, com garantia de direitos e a defesa de uma educação bilíngue, que respeita a sua condição. Nessa metodologia a Língua de Sinais é tratada como língua materna e a Língua Portuguesa, na modalidade escrita é ensinada como segunda língua. Este tipo de abordagem envolve não somente o indivíduo surdo, mas também as famílias, os professores e os funcionários da escola de um modo geral, integrando todas as pessoas que convivem com estes estudantes.

Neste contexto, a adaptação do material didático à necessidade de cada estudante tem papel fundamental para que a aprendizagem de fato ocorra dentro dos parâmetros propostos, com respeito às necessidades educacionais específicas e às

especificidades de cada público, em particular os surdos. O professor deve conhecer as particularidades de cada um de seus educandos e, para isso, uma formação direcionada e específica é necessária, pois desta maneira será possível proporcionar um ambiente mais acolhedor.

O presente trabalho apresenta uma reflexão teórica, de base qualitativa acerca da produção de materiais didáticos bilíngues adaptados para o ensino de português escrito como segunda língua para surdos, com vista a auxiliar o docente na busca de melhores resultados em relação à aprendizagem de conceitos e ao desenvolvimento de habilidades em seus estudantes. Para tanto, iniciamos com uma sucinta exposição sobre a trajetória da educação especial, passando pela educação de surdos no mundo e no Brasil, desde os primeiros relatos até os dias atuais. Posteriormente apresentamos um levantamento sobre a adaptação de material e sua relevância didática, transcorrendo uma síntese do bilinguismo como proposta educacional. Por fim, realizamos uma breve exposição sobre o material didático bilíngue para o ensino do português como segunda língua para estudantes surdos, destacando sua real necessidade e relevância no processo de ensino e aprendizagem.

## **1. A TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL**

### **1.1. Uma breve contextualização do início da educação de pessoas com necessidades educacionais específicas**

A Constituição Federal, promulgada em 5 de outubro de 1988, em seu art. 208 inciso III, estabelece “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;” (BRASIL, 1988). Porém, o empenho dos surdos em favor da inclusão educacional no Brasil começou bem antes da promulgação da Constituição Federal, mais precisamente no ano de 1970. Para Cruz e Guimarães (2021, p.6), com um respaldo, “desde que eles conseguissem se adaptar ao plano de ensino da instituição”. Os autores afirmam que tal garantia, por parte da instituição, não era o suficiente, foi então criada a Declaração de Salamanca, no ano de 1994, com a finalidade de tornar o sistema educação mundial mais inclusivo, através de políticas públicas direcionadas. Desta maneira, seriam

atendidas a todas as pessoas de modo igualitário, principalmente as que apresentassem necessidades educacionais especiais. Montoan (2005 *apud* CRUZ e GUIMARÃES, 2021, p.6).

Destarte, nesse mesmo ano de 1994, o Brasil assinou a Declaração de Salamanca, que expressa que

O direito de cada criança à educação é proclamado na Declaração Universal de Direitos Humanos e foi fortemente reconfirmado pela Declaração Mundial sobre Educação para Todos. Qualquer pessoa portadora de deficiência tem o direito de expressar seus desejos com relação à sua educação, tanto quanto estes possam ser realizados. Pais possuem o direito inerente de serem consultados sobre a forma de educação mais apropriadas às necessidades, circunstâncias e aspirações de suas crianças. (Declaração de Salamanca, 1994, p. 5 – 6).

Apesar das leis e dos compromissos assumidos, era notório que a preocupação para com as pessoas com necessidades educacionais específicas, não era algo urgente, nem tão pouco considerado necessário pelos governantes desde o século XVI, por isso, não havia um atendimento direcionado. Apesar disso, três atitudes são apontadas e marcam o desenvolvimento da educação especial: marginalização, assistencialismo e educação/reabilitação. Para Mazzotta (*apud* Farias 2008/2009), havia uma descrença e omissão, por parte da sociedade, pois não acreditavam na capacidade de pessoas com deficiência. No entanto, quando se pensava em educação/reabilitação, havia uma certa preocupação com a organização de serviços educacionais.

Para que a inclusão de alunos com necessidades educacionais específicas se efetive no ensino regular, é necessária essa organização do sistema educacional, possibilitando o resgate de sua cidadania e ampliando suas perspectivas existenciais. Vale destacar que não basta a promulgação de leis que determinem a matrícula nas escolas da rede pública. Estas são, sem dúvida, medidas essenciais, porém não são suficientes. É preciso também incentivar a criação de cursos de capacitação básica de professores, para que de fato aconteça a inclusão. Garcia *et al.* (2006 *apud* SILVA e CARVALHO, 2017) destacam que, para que um programa de inclusão escolar tenha sucesso, este deve envolver a família do educando e permitir sua coparticipação na assistência e no desenvolvimento do aluno, possibilitando um trabalho conjunto entre escola, família e profissionais. Desta maneira, a família contribui com a escola por

meio de informações, sugestões, críticas e solicitações, que guiarão a escola e sinalizarão os caminhos a serem seguidos. (GARCIA *et al.* 2006 *apud* SILVA e CARVALHO, 2017).

Outro ponto importante nesse processo está na preparação dos demais alunos e professores para conviver com o diferente, visto que é através do contato e da interação com outros indivíduos que o aluno com necessidades educacionais específicas aprende e se desenvolve. Como afirma Moreira (2006 *apud* SILVA e CARVALHO, 2017), “educação inclusiva é a aceitação das diferenças, não uma inserção em sala de aula”. Isto significa que mudanças são necessárias no sistema de ensino e que se deve trabalhar o respeito às diferenças e à dignidade do ser humano, garantidos na LEI Nº 13.005, de 25 de junho de 2014, o Plano Nacional de Educação (PNE). Ainda nesta Lei, em sua meta n.º 4, encontramos a necessidade de que sejam garantidas uma educação inclusiva e a distribuição de recursos multifuncionais para alunos com deficiência, ou seja, a meta 4 diz que se deve

Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados (BRASIL, 2014).

Sobre a Educação Especial, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que é a Lei Nº 9.394, de dezembro de 1996, em seu artigo 58, diz que

Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (BRASIL, 2013).

Em outras palavras, ela visa promover o desenvolvimento das potencialidades de pessoas com deficiências (sensoriais, intelectuais, físicas ou múltiplas), com transtornos globais de desenvolvimento, transtornos de aprendizagem ou com altas habilidades, e compreende os diferentes níveis e graus do sistema de ensino. Na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), Lei n.º 13. 415/2017, a educação inclusiva

refere-se ao cuidar no sentido de acolhimento de todos, com respeito e atenção adequados, principalmente a estudantes com deficiência (BRASIL,2009, p.17).

Por fim, o art. 27 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, a Lei Brasileira da Inclusão, traz o fato de que

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (BRASIL, 2015).

Apesar de todos esses apetrechos, principalmente no quesito legal, nota-se na prática que há ainda muito o que ser feito. A educação inclusiva configura-se em um processo educativo e social e deve ser entendida como tal, onde os educandos com deficiência, distúrbios globais de desenvolvimento e altas habilidades, têm o direito à escolarização de forma igualitária, com respeito integral às suas especificidades. No caso dos estudantes surdos devemos considerar, no quesito aprendizado de língua, a língua portuguesa, em sua modalidade escrita, como segunda língua (CARVALHO,2015).

## **1.2. A Educação de Surdos.**

A respeito da educação de surdos, em primeiro lugar, precisamos pontuar que o início desse movimento surgiu na antiguidade, especificamente na Grécia antiga, século IV a.c. Ao nascer, o surdo já tinha o seu destino traçado conforme relata (FURTADO e SILVA, 2018.p3), “A pessoa que nascia deficiente era “imperfeita”, por isso, não poderia dispor de alma, portanto, não seria digna do Reino dos Céus; tal pessoa, provavelmente, teria algum pacto com entes malignos”, (FURTADO e SILVA, 2018.p3), o que nos remete ao fato de que essas pessoas eram condenadas ao abandono ou à morte. Havia, entre os pensadores da época, a ideologia de que, se não existia a fala, conseqüentemente não haveria linguagem, muito menos raciocínio. Strobel (2009) traz à tona esse pensamento passeado nas reflexões de Aristóteles, que afirmava que “...de todas as sensações, é a audição que contribuiu mais para a inteligência e o conhecimento..., portanto, os nascidos surdo-mudo se tornam insensatos e naturalmente incapazes de razão” (384 – 322 a.C.). A falta de empatia

da humanidade para com os surdos nesse período era fortemente presente, como relata Berthier (1984) conforme citado por Strobel (2009 *apud* Nascimento, 2006, p. 12). Para o autor, "A infelizmente criança era prontamente asfixiada ou tinha sua garganta cortada ou era lançada de um precipício para dentro das ondas. Era uma traição poupar uma criatura de quem a nação nada poderia esperar" Berthier (1984).

Na Idade Média, entre os anos de 476 e 1453, até a própria igreja os excomungava, sendo os surdos impedidos de fazer parte da comunhão, de se casar e de receberem heranças, quando fosse o caso. Em geral, era como se não fizessem parte da sociedade apenas pelo fato de não utilizarem a linguagem oral para a comunicação. Apesar disso, há um fato marcante para o desenvolvimento das línguas de sinais durante este período, pois entre os anos de 530 e 1453, na Itália, os monges beneditinos, para evitarem a quebra do voto do silêncio, começaram a convencionar o uso de alguns sinais para se comunicar às escondidas e não serem castigados (SOUZA, 2018).

Ainda na antiguidade e por quase toda a idade média, de acordo com Moores (1978 *apud* Lacerda 1998, p.2), pensava-se que os surdos não fossem seres educáveis, ou considerava-se que fossem pessoas 'imbecis'. O autor aponta que à época acreditava-se serem possíveis as curas milagrosas ou inexplicáveis.

Posteriormente, na idade moderna, surgem os métodos oralistas para educação de surdos. Segundo Souza (2018, p.2), os pioneiros nessa metodologia foram Pedro Ponce de León, John Bulwer e Juan Pablo Bonet. Dois séculos depois deste início, um religioso francês chamado Michel de L'Epeé, criou um método de ensino voltado às pessoas surdas de Paris que respeitava mais as suas especificidades, dando início à prática do gestualismo. Na idade contemporânea, por volta de 1817, impulsionam-se novas pesquisas na área da educação dos surdos, com renomados pesquisadores como Thomas Gallaudet e Laurent Clerc. (SOUZA, 2018).

Mesmo com todos os avanços e estudos, em 1880, aconteceu o Congresso Internacional de Educação Surdos, em Milão, na Itália, evento de extrema relevância, pois neste, o método oralista se sobressaiu ao gestualíssimo, muitos direitos dos surdos foram cerceados, principalmente o de se comunicar através das línguas de sinais, o que acarretou um atraso de quase 100 anos no desenvolvimento dessas línguas e das pessoas surdas no mundo.

As línguas de sinais começaram a ganhar mais visibilidade e passaram a ser estudadas por parte dos linguistas a partir da comprovação, em 1960, por William Stokoe, de seu status linguístico. Em seus estudos o autor atesta que a Língua Americana de Sinais (ASL) é uma língua, de fato, e que contém os mesmos níveis linguísticos de uma língua oral.

### **1.3. A história da Educação de Surdos no Brasil.**

No Brasil, a história da educação de Surdos teve início com a fundação da primeira escola para surdos, o “Imperial Instituto dos Surdos-Mudos”, no Rio de Janeiro, no ano de 1856, quando Dom Pedro II convidou Ernest Huet, professor surdo, para assumir tal responsabilidade. Este instituto atualmente chama-se Instituto Nacional de Educação dos Surdos (INES), nome dado pela Lei nº 3.198, de 6 de julho, de 1957. Apesar de ser uma escola para surdos, esta instituição também sofreu reflexos dos eventos mundiais como, o Congresso de Milão de 1880, exposto anteriormente e a língua de sinais foi renegada. Segundo Strobel (2009, p.26), “proibiram a língua de sinais oficialmente nas salas de aula, mesmo com a proibição os alunos surdos continuaram a usar a língua de sinais nos corredores e nos pátios da escola”. Isto mostra que os surdos nunca se acomodaram diante das atrocidades que eram impostas a eles. Outra prova disso foi o surgimento de surdos letrados, graduados, que se tornaram autores de obras consagradas para a cultura surda como, Flausino José da Gama, um ex-aluno do INES que criou o primeiro dicionário de língua de sinais intitulado “Iconografia dos Signaes dos Surdos-Mudos” em 1875, o brasileiro Jorge Sérgio L. Guimarães, que publicou o livro crônicas “Até onde vai o Surdo”, e Eugênio Oates, com a divulgação de seu livro “Linguagem das Mãos”. O movimento de luta foi crescendo, novas federações e confederações foram nascendo, como a Federação Nacional de Educação e Integração dos Deficientes Auditivos (FENEIDA), onde só havia ouvintes como funcionários e que depois passou a se chamar – Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS), também no Rio de Janeiro, além da Confederação Brasileira de desportos de Surdos (CBDS), fundada em 1994.

Após esse período a inclusão começa a tomar cada vez mais espaço e chega à rede de televisão com a inserção de legendas do tipo *Closed Caption*, a partir do ano de 1997. Deste modo, os surdos poderiam tomar conhecimento dos acontecimentos. Mais avanços foram surgindo, a FENEIS lançou a sua primeira revista e no ano de 2002, surge o curso Libras em Contexto, uma parceria do Ministério da Educação (MEC) com a FENEIS. Anos mais tarde, em 2006, foi criado o primeiro curso superior de Letras/Libras, pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Como podemos perceber, diversos foram os avanços na área da educação de surdos no Brasil, mas há ainda muito o que aprimorar. Hoje os surdos são tratados com respeito, é visto nos sistemas educacionais, porém, apesar disso, ainda encontramos muitas barreiras e muitos problemas, em especial quando lidamos com os materiais didáticos, tema de fundamental necessidade no âmbito educacional.

## **2. ADAPTAÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO.**

A presença do estudante surdo nas escolas regulares, que fundamenta a proposta de inclusão, tem sido cada vez maior e mais frequente. Esta situação tem feito com que os profissionais de educação precisem se prepararem para lidar com a surdez em diferentes níveis, e com características distintas. Diante desse cenário, torna-se necessária a adaptação do currículo e dos conteúdos que serão trabalhados em sala de aula, ou seja, é necessário fazer algumas modificações no planejamento escolar, nas atividades e na avaliação, que possam se adequar à realidade e à necessidade dos estudantes surdos.

De acordo com Franco (2007), “as adaptações curriculares, de planejamento, objetivos, atividades e formas de avaliação, no currículo como um todo, ou em aspectos dele, são para acomodar os alunos com necessidades especiais...”, Franco 2007(apud SILVA,2013, p.03) ou seja, servem para propiciar ao aluno com deficiência equiparação e equidade para a aprendizagem do conteúdo a ser ensinado.

É de suma importância a flexibilidade para a adaptação do currículo de uma escola regular inclusiva, de forma ampla, assim como do material didático pedagógico

para as pessoas com necessidades educacionais específicas. Para Bandeira (2009 *apud* ANDRADE, 2017) “o material didático pode ser definido amplamente como produtos pedagógicos utilizados na educação e, especificamente, como o material instrucional que se elabora com a finalidade didática”. Bandeira (2009 *apud* ANDRADE, 2017, p.03).

É fundamental também a reestruturação da metodologia e o não engessamento, com isso, reverte-se todo o fracasso do passado, concordando com Freire (2008 *apud* COSTA e SANTOS, 2017), que afirma que “uma proposta bem fundamentada teoricamente, é possível reverter o quadro de apatia e fracasso em que parece estar mergulhada a educação dos surdos”. Freire 2008 (*apud* COSTA e SANTOS, 2017, p.04). Em outros termos, o autor se refere à aprendizagem significativa, que envolve estratégias criativas, potencializando a criação de materiais adaptados, que também pode ser aplicado aos estudantes surdos. Nesse sentido Santos 2012(*apud* MIRANDA 2016, p.3), afirma que

Há uma lacuna no ensino de alunos surdos no quesito recursos didáticos, pois não se dispõe de quantidade significativa de materiais para o ensino das disciplinas nas escolas que contemplam a educação bilíngue para surdos. Com relação ao aluno surdo, está na mão do professor a responsabilidade de pesquisar e elaborar os materiais de ensino.

Para despertar o interesse em aprender nesse público é fundamental adaptar. Rocha (2020, p.21) destaca que “a adaptação é considerada como a adequação cultural do texto da língua de partida no texto da língua de chegada”. Referindo-se aos estudantes surdos essa adaptação deve partir da língua de sinais em direção ao português. Em razão disso, os autores, Bandeira (2009 *apud* ANDRADE, 2017), Freire (2008 *apud* COSTA e SANTOS, 2017), Santos (2012 *apud* MIRANDA 2016), Miranda (2016), Rocha (2020), abordam a necessidade de adaptação e a mudança na forma como tem sido tratada a adaptação de material didático, principalmente no que tange às necessidades educacionais específicas do surdo, pois, no caso dessa proposta, deve ser feito um direcionamento para atender as necessidades dos estudantes e supri-las em uma perspectiva bilíngue, com foco no ensino do português escrito como segunda língua a estudantes surdos.

## **2.1. Adaptação de material e sua relevância didática**

É fundamental que se compreenda a finalidade de um material didático adaptado na educação e aprendizagem de um aluno surdo, além de entender como se configura a disponibilidade desse material didático adaptado na atualidade.

Sabemos que o material adaptado é um recurso capaz de acolher a singularidade dos educandos com necessidades educacionais específicas e que frequentam o sistema regular ou especial de ensino. Portanto, tem como propósito principal o de ensinar/instruir e auxiliar no processo de ensino/aprendizagem. Porém, os materiais adaptados, como o próprio nome diz, são adaptados, rearranjados de materiais pensados para estudantes sem uma necessidade educacional específica, no caso, para os ouvintes, que tem o português como primeira língua. Vale destacar que adaptar um material existente é bem diferente de se elaborar um novo material, pensado desde o início nas especificidades, nas singularidades, e com o intuito de atender as necessidades dos estudantes.

Para Freitas 2007 (*apud* COSTA e SANTOS 2018 p.11) “A produção de materiais e equipamentos didáticos deriva mais dos interesses dos fabricantes e dos fornecedores do que da necessidade dos educadores e educandos”. Perante tal circunstância, podemos constatar que não há acessibilidade e nem tão pouco estão sendo levadas em consideração a língua materna dos estudantes surdos quando se produz um material didático. De acordo com o autor, os materiais didáticos “são todo e qualquer recurso utilizado em um procedimento de ensino, visando à estimulação do aluno e à sua aproximação do conteúdo”. Tomando como base estas definições, podemos considerar que o material didático é uma das principais ferramentas de ensino e um dos pilares da educação, assim como a figura do professor. (Freitas 2007, p. 22 *apud* Araújo 2017, p.13).

A adaptação de materiais didáticos torna a aprendizagem mais clara e eficaz e deve atender às necessidades dos estudantes de forma lúdica, com vistas a desenvolver o dinamismo, assim como contribuir com a construção de significados sobre o aprendizado dos conteúdos, priorizando a modalidade espaço-visual. Esse tipo de adaptação corrobora com Lima Filho (2011, p. 278), quando afirma que “na Libras a habilidade de ilustrar com exemplos é essencial uma vez que a apropriação de ideias e conceitos é conseguida por meio da modalidade espaço-visual”. Sendo assim, as brincadeiras, os jogos pedagógicos e as atividades com imagens, estimulam a criatividade do aluno permitindo descobertas, pois segundo Aranha (2000a, p.10) “As adaptações deverão ser implementadas, garantindo a cada aluno as respostas educacionais de que necessita, sejam elas quais forem, bem como de qual natureza e complexidade o forem”.

Outro aspecto relevante na adaptação desses materiais é o de que os enunciados das atividades sejam sucintos e compreensivos, e que a atividade não seja tão extensa. O professor deve buscar temas do cotidiano e de interesse desses alunos, para instigar a participação e o interesse, em favor da atividade.

Percebemos que a adaptação do material para surdos pode e deve ser adotada não apenas no ensino do português como segunda língua, mas em toda e qualquer disciplina. Em todos os casos, o professor deve ser observador e conhecer muito bem seus estudantes, mudando o formato de suas aulas, e aplicando uma avaliação diagnóstica para saber se a metodologia está funcionando com o discente.

Para os estudantes surdos, a metodologia bilíngue como proposta educacional tem sido defendida pela comunidade surda pois ressalta características da identidade da criança surda com seus pares, constitui uma independência positiva, garante o ensino através da língua de sinais como primeira língua e o uso da língua portuguesa como segunda língua, em sua modalidade escrita. Necessário ratificar que o bilinguismo passou a ser ofertado com propósito de complementar a base nacional comum, em uma visão “dialógica, funcional e instrumental” (BRASIL, 2005). Esse método pedagógico favorece o desenvolvimento intelectual e a amplifica o léxico entre os idiomas. Nas palavras de Quadros (2000 apud SILVA,2021, p.0 4)

Quando me refiro ao bilinguismo, não estou estabelecendo uma dicotomia, mas sim reconhecendo as línguas envolvidas no cotidiano dos surdos, ou seja, a Língua Brasileira de Sinais e o Português no contexto mais comum do Brasil.

Assim, o ideal seria que todas as crianças surdas chegassem à escola fluentes na língua de sinais para que, no momento mais adequado, pudessem passar pelo processo de aquisição do português escrito com mais fluidez, pois, como afirma Lerner (2002 *apud* KUBASK e MORAIS, 2009.p.3) “o desafio que a escola enfrenta hoje é conseguir que todos os seus alunos cheguem a ser membros plenos da comunidade de leitores e escritores. ”

## **2.2. Material Didático Bilíngue para o ensino de português como L2 para Surdos**

O material bilíngue é um suporte pedagógico essencial para os estudantes surdos e se configura, por exemplo, com o uso de informações visuais para exemplificação do conteúdo, o que favorece os estudos e o desenvolvimento cognitivo dos surdos. Autores como Fernandes (2006), Pereira (2003), Quadros (1997) e Quadros & Schmiedt (2006) mostram que o processo de ensino-aprendizagem de Língua Portuguesa como L2 para pessoas surdas depende do uso de metodologias adequadas que levem em conta as especificidades linguísticas deste público. Como afirma MORAIS e CRUZ (2017).

O ensino deve, portanto, ser centrado em torno do texto, desenvolvendo as competências linguísticas, textuais e comunicativas. A escola sempre trabalhou com texto, porém, muitas vezes, restringe seus ensinamentos aos aspectos estruturais e formais. As práticas de leitura precisam ser contextualizadas, fornecendo condições para que o aprendiz surdo compreenda o texto (MORAIS e CRUZ, 2017 p.4).

É fato que, mesmo com as adaptações e com a produção de um material didático bilíngue para o ensino de português, é importante que o estudante tenha contato com a escrita e pesquise o significado das palavras para que consiga se desenvolver. Além disso, o professor deve provocar nos alunos o interesse pela leitura, fazendo discussões prévias sobre o assunto, utilizando estímulos visuais em suas aulas, entre outras estratégias (MORAIS e CRUZ, 2017).

Fernandes (2003) relata que nesse contexto do ensino de português como L2 para surdos existem três eixos de ensino-aprendizagem designados para a leitura e para a escrita, sendo: 1) Aspectos funcionais; 2) Aspectos lexicais (vocabulário); 3) Aspectos gramaticais (forma e estrutura). Para tanto, a autora aponta que a Língua de Sinais é a base linguística destes três eixos. Em outras palavras, como ratificam Morais e Cruz (2017), a confecção de material didático para o ensino de português para surdos se caracteriza bilíngue, além do fato de que

[...] as atividades devem ser pensadas e executadas em LIBRAS porque é a L1 do aluno, por meio da qual o aluno tem mais facilidade para se expressar, detém repertório linguístico para formular suas frases e textos e consegue encadear as ideias de forma mais coerente (MORAIS e CRUZ,2017. p.10).

Além da adaptação do material didático, o professor pode e deve fazer o uso de outros recursos visuais, tais como vídeos em Libras, jogos adaptados, textos em Libras, Datashow, jogos lúdicos em Libras e Português, pesquisas em dicionários de Libras e em dicionários de Língua Portuguesa, jogos com sinais em Libras e palavras em Português, vocabulários em Libras e português, imagens fotográficas, etc.

Na atualidade, a tecnologia é considerada uma ferramenta ímpar com a função de promover um aprendizado mais eficaz, como o uso de plataformas de multimídia com videoaulas em Libras e em português. Se refletirmos mais a fundo, esse recurso também se constitui em uma estratégia bilíngue, pelo fato de os conteúdos poderem ser ministrados em tanto em Libras quanto em português escrito. Desta maneira, a contribuição à evolução nas diversas áreas do conhecimento dos educandos surdos mostra-se fortemente presente. Nesse processo de criação de materiais didáticos bilíngues multimídia, no momento tem a união do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), com o Ministério da Educação que implantou o Núcleo de Educação Online (NEO), os quais tem dado suporte e contribuído com o desenvolvimento de materiais didáticos multimídias.

De acordo com Galasso *et al.* (2018, p.9)

Quando utilizamos materiais digitais didáticos bilíngues, fortalecemos a compatibilização das leituras, estabelecendo dinâmica singular no processo de aprendizagem. A aplicação do conceito no desenvolvimento de materiais didáticos bilíngues também privilegia o público ouvinte, pois a sinalização em

Libras aparece aos estudantes sincronizada com a legenda e locução em Língua Portuguesa no âmbito do enunciado, respeitando as estruturas sintáticas e gramaticais de cada língua.

O autor salienta que através das multimídias, em prol da educação, torna-se possível a criação do material bilíngue para os surdos

[...] com inovação e métodos interdisciplinares, a um aprofundamento de conhecimentos capaz de contribuir com a expansão qualitativa na produção de materiais didáticos bilíngues em Libras/Língua Portuguesa. (GALASSO *et al.* 2018, p.10)

Cruz e Guimarães (2021, p.5), complementam que

[...] a educação de surdos com o uso de tecnologia é capaz de suscitar mecanismos de ação pedagógica que aproximem cada vez mais o estudante surdo à condição de ator principal de seu desenvolvimento (...). Logo a tecnologia e o uso das multimídias podem ser aliadas no material instrutivo, sobretudo no que diz respeito o bilíngue.

Nesse universo de material didático bilíngue, não podemos deixar de mencionar a Literatura Surda, que tem o papel de designar as narrativas que apresentam a Língua de Sinais e a questão da identidade e da cultura surda, além da subjetividade da criança, propiciando um vínculo afetivo e um desenvolvimento social e cognitivo. Para Boldo e Schlemper (2018. p.3), a aplicabilidade dessas narrativas possibilita

Explorar aspectos visuais e culturais, tornando acessível à criança surda todos os recursos já disponíveis às crianças ouvintes da mesma faixa etária. No entanto, para que tal acesso possa ocorrer com mais efetividade, é necessário que o professor destas crianças seja surdo ou bilíngue, ou seja, que possua fluência em Libras e envolvimento com a comunidade surda.

Ainda, para Karnopp e Machado (2006 *apud* BOLDO e SCHLEMPER, 2018, p.4)

As histórias e as representações da cultura surda, caracterizadas pela experiência visual, são corporificadas em livros para crianças de um modo singular, em que o enredo, a trama, a linguagem utilizada, os desenhos e a escrita dos sinais (SW) evidenciam o caminho da autorrepresentação dos surdos na luta pelo estabelecimento do que reconhecem como suas identidades, legitimando sua língua, suas formas de narrar às histórias, suas formas de existência, suas formas de ler, traduzir, conceber e julgar os produtos culturais que consomem e que produzem.

É sabido que o Ministério da Educação (MEC) e programa nacional do livro e do material didático (PNLD) ainda não discutem e ainda não trouxeram à tona a discussão sobre o material bilíngue e sua relevância para os aprendizes surdos, porém já existem autores preocupados em criar, expandir e valorizar a necessidade deste material, inclusive para a disseminação de informações sobre a cultura surda no Brasil. Mourão (2012 *apud* BOLDO e SCHLEMPER, 2018, p.5) defende que

As criações de literatura surda são representadas pelas obras inéditas criadas dentro da comunidade surda. Podemos citar Tibi e Joca (BISOL, 2001), o Feijãozinho Surdo (KUCHENBECKER, 2009), Casal Feliz (COUTO, 2010), as estrelas de Natal (KLEIN; STROBEL, 2015) entre outras. Nestas, a cultura e a experiência surda são latentes. Por sua vez, as adaptações culturais se verificam quando há alterações, substituições claras relativas às questões culturais e linguísticas, durante a transmutação de um conto já existente para cultura surda.

Também estão entre os clássicos adaptados para a cultura surda, segundo BOLDO e SCHLEMPER (2018), que cita essas obras com seus respectivos autores: a Cinderela Surda (HESSEL; ROSA; KARNOPP 2003), Rapunzel Surda (SILVEIRA; KARNOPP; ROSA, 2005), A cigarra surda e as formigas (OLIVEIRA; BOLDO, 2007) e O Patinho Surdo (ROSA; KARNOPP, 2005). BOLDO e SCHLEMPER (2018, p.6). Escolas onde estão matriculados alunos surdos deveriam, então, possuir em suas bibliotecas exemplares desses materiais literários elaborados pela comunidade surda, como forma de divulgar e estimular a leitura e a aquisição de conhecimento a estes estudantes.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Quando lidamos com a produção de materiais didáticos bilíngues para o ensino de português escrito como segunda língua para surdos, que serve de base para o docente na busca de resultados em relação à aprendizagem de conceitos e ao desenvolvimento das habilidades dos estudantes, entendemos que o melhor a ser feito é a conscientização dos profissionais de educação sobre a necessidade de adaptação do material pedagógico e da criação de materiais bilíngues, pensados e produzidos especificamente para este público. Para tanto, o conhecimento e o

respeito à identidade do surdo, a sua cultura, e a sua comunidade são essenciais, além de um conhecimento aprofundado de sua língua materna, a Língua de Sinais Brasileira.

A relação direta, sem barreiras ou intermediações, entre o profissional de educação e o aluno surdo é crucial para o desenvolvimento deste como cidadão. Desse modo, assumimos como compromisso o respeito e o empoderamento dos surdos em suas lutas pelo respeito à Língua de Sinais Brasileira (Libras), o direito à educação bilíngue para sua formação completa. Para que essa modalidade educacional de fato ocorra de forma adequada, se faz necessária a adaptação dos materiais didáticos já existentes, para melhor fixação do conteúdo, além da criação de materiais pensados de maneira bilíngue desde o início. Nesse contexto entra a necessidade de formação superior dos docentes e a proficiência em Libras, consequência dessas especializações, que contribui para a elaboração desses materiais conforme as especificidades e singularidades de seus educandos surdos.

Apesar de todo o esforço, longo é o caminho e a jornada para uma educação de qualidade, bilíngue de fato, ao estudante surdo no Brasil. São necessárias mais pesquisas e um maior aprofundamento desses estudos voltados à produção de materiais didáticos bilíngues, para que o aprendizado possa realmente ocorrer de maneira igualitária, inclusiva, em igualdade de oportunidades. Sinto que a sociedade ainda há muito o fazer para reparar o imenso atraso educacional na vida dos surdos.

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

ANDRADE, Maria Eloyse dos Santos. **Avaliação e produção de materiais didáticos: uma perspectiva de acadêmicos de letras após a experiência do estágio.** Manaus, 2017.

ARANHA, M.S.F. **Projeto Escola Viva garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola:** Alunos com necessidades educacionais especiais/Adaptações Curriculares de Grande Porte. Brasília: MEC/SEE, 2000a.

ARAÚJO, A. P. V. **Da Inclusão Dos Alunos Com Necessidades Especiais Na Escola Regular.** Arquivo Brasileiro De Educação, 5(11), 66-76, 2018.

ARAÚJO, Daniel Soares de. **Materiais didáticos na organização do trabalho pedagógico da Escola Municipal de Ensino Fundamental Cléa Maria Bezerra Barbosa.** João Pessoa: UFPB, 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado, 1988.

\_\_\_\_\_. **Declaração de Salamanca sobre princípios, política e práticas na área das necessidades educativas especiais,** 1994.

\_\_\_\_\_. **Decreto Nº 5.626 Regulamenta a Lei nº 10.436 de 24 abril de 2002.** Brasília, 2005

\_\_\_\_\_. **Denomina Instituto Nacional de Educação de Surdos.** Brasília, 1957.

\_\_\_\_\_. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).** Brasília, 2015.

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional 9.394/96.** Brasília, 1996.

\_\_\_\_\_. **Lei Nº 10.436 dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais.** Brasília, 2002.

\_\_\_\_\_. **Lei Nº 13.415/ 2017 alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília, 2017.

\_\_\_\_\_. **Plano Nacional de Educação.** Brasília, 2014.

BERTHIER, F. Les Sourdes-muets avant et depuis l'abbé de l'Épée. In LANE, H. E PHILIP, F. **The deaf experience: classics in language and education**, tradução do original francês para o inglês de Philip, F. Cambridge, Massachusetts e London: Harvard University Press, 1984.

BOLDO, Jaqueline; SCHLEMPER, Michele, D, da S. **Literatura Surda: Uma Questão De Cultura E Identidade**, 2016.

CARVALHO, Vanessa de Oliveira; NÓBREGA, Ms<sup>a</sup> Carolina Silva Resende da. **A história de educação dos surdos: o processo educacional inclusivo.** Seminário Potiguar: Educação, Diversidade e Acessibilidade—Uma Questão De Efetivação De Direitos, 2015.

COSTA, Larissa da; DOS SANTOS, Lara Ferreira. **Adaptação de materiais/recursos na educação de surdos: uma revisão bibliográfica.** Comunicações, v. 25, n. 3, p. 293-320, 2018.

CRUZ, Renata Cristina Vilaça. GUIMARÃES, Ueudison Alves. **Os desafios da inclusão de libras no contexto educacional: revisão de literatura.** Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano. 06, Ed. 12, Vol. 02, pp. 75-91. dezembro de 2021.

DANTAS, Jailma. C. S; DAXENBERGER, C. S. **A Importância Da Adaptação De Recursos Didáticos Na Educação De Surdos**, 2018.

FARIAS, Elizabel. M. A. **Secretaria De Estado Da Educação Superintendência De Educação Faculdade De Educação Ciências E Letras De Paranavaí E Universidade Estadual De Maringá Programa De Desenvolvimento Educacional – Pde Material Didático-Pedagógico Inclusão Escolar Do Aluno Com Necessidades Educacionais Especiais: Contribuições ao Professor do Ensino Regular Professora PDE: Elizabel Maria Alberton**, 2008/ 2009.

FERNANDES, S. **Educação bilíngue para surdos: identidades, diferenças, contradições e mistérios**. Curitiba, 2003. Tese (Doutorado em Letras), Universidade Federal do Paraná.

FERNANDES, S. **Práticas de letramento na educação bilíngue para surdos**. Curitiba: SEED/SUED/DEE, 2006

FRANCO, Valéria Korik. **Adaptação Curricular**. Pedagoga Especializada D.I – D.A. Psicopedagoga. 2007.

GALASSO, Bruno, J.B; LOPEZ, Monica.R.de Souza; SEVERINO, Rafael. Da Mata; DE LIMA, Roberto. G. **Processo de Produção de Materiais Didáticos Bilíngues do Instituto Nacional de Educação de Surdos**, 2018.

HESSEL, Carolina; ROSA, Fabiano; KARNOPP, Lodenir Becker. **Cinderela surda**. Canoas, RS: Editora da ULBRA, 2003.

KUBASKI, Cristiane; MORAES, Violeta. P. **O Bilinguismo Como Proposta Educacional Para Crianças Surdas**, 2009.

LACERDA, C. B. F. de. **Um pouco da história das diferentes abordagens na educação dos surdos**. Cadernos CEDES, 19 (46), p. 68-80, 1998.

LIMA FILHO, Jailto Luis Chaves de; LIMA, Fernanda Barboza de. Estágio Supervisionado I. IN: FARIA, Evangelina Maria Brito de; ASSIS, Maria Cristina de. (Org.). **Língua portuguesa e LIBRAS: teorias e práticas 4**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2011.

MEC. **Projeto escola viva: garantindo acesso e permanência de todos os alunos na escola.** Brasília, 2005.

MIRANDA, Dayse Garcia. **Material didático digital:** nova forma de o aluno surdo "ler" e "interagir" com os conteúdos educacionais? Belo Horizonte, v. 9, n. 2, p. 185-198, jul- dez. 2016.

MORAIS, Fernanda B. C; CRUZ, Osilene M. de Sá e Silva: **Elaboração de material didático de língua portuguesa como L2 para alunos surdos do curso de pedagogia:** desafios e possibilidades. São Paulo, 2017.

MOORES, D. Educating the deaf, psychology, principles, and practice. Boston: Houghton Mifflin Co. 1978.

NASCIMENTO, Rosangela Pereira. **Preparando professores para promover a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais.** Londrina, 2008.

PEREIRA, M.C.C. **Leitura, escrita e surdez.** São Paulo: Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, 2003.

QUADROS, R. M.; SCHMIEDT, M. L. P. **Ideias para ensinar português para alunos surdos.** Brasília: MEC, SEESP, 2006.

QUADROS, R. M. **Educação de surdos: a aquisição da linguagem.** Porto Alegre: Artmed, 1997.

ROCHA, F. A. **Português para libras de livro didático bilíngue:** adaptações técnicas e culturais. In: Tradução para crianças surdas: rara investigação. Florianópolis – SC. Publicações UFSC – Biblioteca Universitária, 2020.

ROSA, F.; KARNOPP, L. **Patinho Surdo.** Canoas: ULBRA, 2005.

SALGADO, Eduardo. N.B; DE MESQUITA, Leila. S. **A Importância Do Material Didático Multimídia Na Educação Bilíngue Para Surdos,** curso de Especialização em Educação Especial na perspectiva Inclusiva UPE /Mata Norte.2020.

SILVA, Edvaldo Feliciano da; CAMPOS, Marineide Furtado. **O percurso dos surdos na história e a necessidade da Libras para a inclusão dos sujeitos na escola.** 2018.

SILVA, Ianê de Albuquerque. **Inclusão escolar: adaptação curricular para alunos surdos.** Revista virtual de cultura surda, v. 11, p. 1-10, 2013.

SILVA, Naiane. C; CARVALHO Beatriz. G.E: **Compreendendo o Processo de Inclusão Escolar no Brasil na Perspectiva dos Professores:** uma Revisão Integrativa. Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v.23, n.2, p.293-308, Abr.-Jun., 2017

SILVEIRA, Carolina Hessel; KARNOPP, Lodenir; ROSA, Fabiano Souto. **Rapunzel surda.** Canoas, RS: Editora da ULBRA, 2005.

SOARES, Suellen Fabiana de Quadros. **Algumas Considerações sobre a Educação de Surdos,** 2021.

SOUTO, M. T., LIMA, B. S., PEREIRA, E. D., & de Farias, M. G. G. **Educação Inclusiva no Brasil Contexto Histórico e Contemporaneidade,** 2014.

SOUZA, Pedro de. P.U: **Educação de surdos no Brasil: uma narrativa histórica.** Universidade Potiguar, 2018.

STROBEL, Karin: **História Da Educação De Surdos. Florianópolis.** Universidade Federal de Santa Catarina Licenciatura em Letras-LIBRAS na modalidade a distância. 2009.

VIANA, Isaias Caldeira et al. **Material Didático Porta Aberta:** Uma breve análise da tradução da primeira unidade didática do livro do 3º ano do Ensino Fundamental para a Libras. 2021.